

CORTE, PODER E UTOPIA: O RELOX DE PRÍNCIPES (1529) DE FR. ANTONIO DE GUEVARA E A SUA FORTUNA NA EUROPA DO SÉCULO XVI¹

Ana Isabel BUESCU
Universidade Nova de Lisboa

RESUMEN: Antonio de Guevara (1480?-1545) es una figura singular de la cultura ibérica del siglo XVI. La proximidad al emperador Carlos V marcará su trayectoria personal y su producción literaria. La publicación, en 1528, del *Libro Aureo de Marco Aurelio*, dará cominezo a una carrera literaria que hará de Guevara uno de los autores más leídos y apreciados de la Europa del siglo XVI. Procurando inscribir su carrera vital en la coyuntura histórica de la España de su tiempo, este texto analiza la trayectoria y fortuna del *Relox de Príncipes*, publicado en 1529, y su irradiación ibérica y europea, con especial incidencia para el caso portugués.

PALABRAS CLAVE: Antonio de Guevara, *Relox de Príncipes*, *Libro Aureo de Marco Aurélio*, Cultura cortesana en el siglo XVI, Educación de príncipes en el siglo XVI, Baltasar Castiglione, Bilingüismo portugués-castellano; ediciones castellanas en Portugal en el siglo XVI.

ABSTRACT: Antonio de Guevara (1480?-1545) is a singular figure of Spanish culture in the XVIth century. His place in the court of Charles V, as a preacher and official chronicler determined his career and literary production. In 1528, he publishes *Libro Aureo de Marco Aurelio*, the first of a series of works that made him one of the most read authors in XVIth century Europe. This essay tries to explain Guevara's personal trajectory in the political conjuncture of his time, analyzing the literary fortune of one of his works, the *Relox de Príncipes*, published in 1529, with a special reference to the reception of this work in the Portuguese court.

KEYWORDS: Antonio de Guevara, *Relox de Príncipes*, *Libro Aureo de Marco Aurelio*, court culture in the XVIth century, education of princes in XVIth century, Baldassar Castiglione, portuguese-castilian bilinguism, Castilian editions in Portugal in the XVIth century.

A FICÇÃO DO IMPERADOR NO *LIBRO ÁUREO DE MARCO AURELIO* (1528)

Em Valladolid era publicado, em 1529, o *Libro* chamado *Relox de Príncipes*, da autoria de Fr. Antonio de Guevara, iniciando-se "[...] la más fantástica carrera y

¹ Recibido el 2 de septiembre y aceptado para su publicación el 22 de septiembre de 2009.

reputación literaria del siglo XVI, tanto dentro como fuera de España [...]")². A história do *Relox de Príncipes* encontra-se intimamente ligada à edição, cerca de um ano antes, em Sevilha, nos prelos de Jacobo Cromberger, sem nome de autor, do *Libro Áureo de Marco Aurelio*, também da autoria de Guevara. Com efeito, a parte mais importante desta obra impressa em 1528 viria a integrar a publicação "oficial" de 1529, facto que originaria uma persistente confusão entre ambas, até porque aquela que pode considerar-se a versão primitiva, o *Libro Áureo*, apesar do aparente repúdio do autor, continuaria a ser objecto de sucessivas edições autónomas³.

Isso mesmo dizia expressamente Antonio de Guevara no prólogo do *Relox de Príncipes*, sustentando que a impressão do *Marco Aurelio* fora feita sem seu consentimento. Após referir que, a pedido do imperador, que se encontrava doente na altura, lhe oferecera o manuscrito, incompleto, do *Libro Áureo*, Guevara afirmava a sua mágoa por, sem poder controlar esse processo, o manuscrito ter sido copiado e recopiado na corte pelas mais diversas mãos, e progressivamente adulterado, publicando-se uma versão na qual ele próprio não se reconhecia⁴. É hoje um facto assente entre os críticos guevarianos que, à semelhança de outros

² Francisco MÁRQUEZ VILLANUEVA e Augustin REDONDO, 1980, p. 173. O título desta primeira edição, que convém referir integralmente em virtude das muitas variações a que foi sujeito, é o seguinte: *Libro Llamado Relox de Príncipes enel qual va Encorporado el Muy Famoso Libro de Marco Aurelio: Auctor de vn Libro y del Otro: que es el Muy Reuerêdo Padre fray Antonio de Guevara Predicador y Coronista de su Magestad: y Agora Nueuamête Electo en obispo de Guadix el Auctor Auisa al Lector: que Lea Primero los Prologos: si Querê Entêder los Libros*. Desta primeira edição, raríssima, existe um exemplar na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Res. 294 A, que consultámos.

³ Sobre as circunstâncias de gestação do *Libro Áureo de Marco Aurelio* (1528) e do *Relox de Príncipes* (1529), e as relações entre ambas as obras, v., por todos, A. REDONDO, 1976, III, cap.IX, pp. 465-522.

⁴ Diz GUEVARA, a propósito: "*Añadiendo error sobre error, ya que yo andaua al cabo de mi obra, y queria publicarla, remanece Marco Aurelio impreso en Seuilla, y en este caso yo pongo por juezes a todos los lectores entre mi, y los impressores, para que vean, si cabia en ley, ni justicia, vn libro que estaua a la Imperial Magestad dedicado, era el Autor niño, estaua imperfecto, no venia corregido, que osasse ninguno imprimirlo, ni publicarlo. [...]. En esto [na edição de 1529] veràn que Marco Aurelio no estaua corregido, pues aora se le damos muy castigado. En esto veràn que no estaua acabado, pues aora sale perfecto. En esto veràn, que le falta mucho, pues aora le veràn añadido. En esto veràn, que no fue mi principal intento de traduzir a Marco Aurelio, sino hazer vn relox de Príncipes, por el qual se guiasse todo el pueblo Christiano". *Libro Avreo del Gran Emperador Marco Avrelío, con el Relox de Príncipes. Compvesto por el muy Reverendo, y magnifico señor Don Antonio de Guevara, Obispo de Guadix, Predicador, y Coronista del Señor Emperador Carlos Quinto*, Madrid, 1658, *Prologo General*, pp. 17v-18. Todas as citações serão feitas a partir desta edição, que denominaremos *Relox de Príncipes (=RP)*, para estabelecer a necessária distinção com o *Libro Áureo de Marco Aurélio* propriamente dito.*

aspectos que envolvem a obra do franciscano, também esta versão acerca do que se terá passado com o manuscrito e a edição “não autorizada” de um “incompleto” *Libro Áureo* são uma construção de Guevara, num processo em que é evidente o fascínio e o mimetismo perante o que – aqui genuinamente – se passara com o original do *Libro del Cortegiano* de Baldassar Castiglione⁵.

Consistia o *Libro Áureo de Marco Aurelio*, obra em que Guevara, como ele próprio testemunhava⁶ começara a trabalhar em 1518, na vida romanceada do imperador-filósofo, erigido como modelo do príncipe virtuoso. A figura de Marco Aurélio era, neste sentido, proposta por Guevara como modelo a Carlos V⁷. A obra de Guevara nada tinha a ver, no entanto, com o então praticamente desconhecido imperador Marco Aurélio (121-180 d.C.), figura histórica que a Europa culta viria a redescobrir alguns anos mais tarde. Como faz notar René Costes, "*C'est en 1558 que Guillaume Xylander publia, d'après un manuscrit de la Palatine de Heidelberg et sur l'indication du bibliophile Conrad Gessner, le recueil authentique des Pensées de Marc-Aurèle*"⁸. O *Libro Áureo* constituía uma *efabulação* a que Guevara dava foros de verosimilhança, ao apontar como fonte "histórica" principal um pretenso códice da biblioteca de Cosme de Médicis em Florença⁹, em que se teria baseado para contar a vida daquele imperador romano. Essa e outras "fontes" eram, na realidade, invenção de Guevara, e como foi já definitivamente demonstrado¹⁰, as obras em que de facto se baseou reduzem-se a alguns textos de autores latinos menores, perfeitamente identificados; tudo o resto - autores, obras, deuses, datas e situações - era adaptado, forjado, ou inventado por Guevara¹¹.

⁵ F. MÁRQUEZ VILLANUEVA, 1999, pp. 96-99; B. CASTIGLIONE, 1987, «Dedicatória a D. Miguel da Silva, Bispo de Viseu», ed. Pons.

⁶ A. DE GUEVARA, *RP*, p. 17v.

⁷ IDEM, *RP* pp. 12v-13.

⁸ R. COSTES, 1926, p. 41.

⁹ A. REDONDO, 1976, p. 473.

¹⁰ Por Costes, autor do único estudo de conjunto sobre a figura e a obra de Antonio de Guevara até surgir, já nos anos setenta do século XX, a obra de Augustin Redondo, que confirma a análise de Costes. A. REDONDO, 1976, pp. 471-472.

¹¹ Veja-se, pelo carácter de síntese que reveste, a apreciação crítica de Menéndez y Pelayo sobre Guevara: "*Todos los libros profanos de fray Antonio de Guevara, sin excepción alguna, están llenos de citas falsas, de autores imaginarios, de personajes fabulosos, de leyes apócrifas, de anécdotas de pura invención y de embrollos cronológicos y geográficos que pasman y confunden. Aun la poca verdad que contienen está entretejida de tal modo con la mentira que cuesta trabajo discernirla. Tenía, sin duda el ingeniosísimo fraile una vasta y confusa lectura de todos los autores latinos y griegos que hasta entonces se habían traducido, y todo ello lo baraja con las invenciones de su propia fantasía, que era tan viva, ardiente y amena. Lo que no sabe lo inventa; lo que encuentra*

Veremos adiante o alcance e o significado que a estratégia criadora de Guevara viria a ter na apreciação crítica da sua obra.

O *Libro Áureo* compreendia, pois, uma "biografia" de Marco Aurélio, construída nos moldes que enunciámos, seguida de um conjunto de cartas, apócrifas, "trocadas" entre o imperador Marco Aurélio e a sua mulher Faustina, onde se comentavam as incidências da governação, mas também os pequenos-grandes nadas do quotidiano da corte, e ainda algumas cartas de natureza mais íntima a algumas cortesãs. A figura do imperador romano, tal como era reconstruída e imaginada por Guevara, surgia assim na dimensão de monarca virtuoso, mas também na sua componente humana e complexidade psicológica, com ênfase para aspectos de natureza privada e pessoal, como a sua vida afectiva e familiar. Esta última vertente revestia-se de extrema originalidade, e colocou Guevara em plano de destaque na codificação da *novela* como género literário e mesmo do romance moderno¹²; contribuiu, por outro lado, para o extraordinário êxito da obra, ao tornar o imperador uma figura cuja espessura psicológica o retirava do universo longínquo de quem governa para o colocar no mesmo patamar de humanidade dos seus leitores e ouvintes.

O carácter porventura demasiado vivo e realista de algumas das cartas íntimas atribuídas a Marco Aurélio que se seguiam à "biografia" revelou-se decisivo para o sucesso da edição de 1528, como já havia acontecido quando se multiplicaram as cópias manuscritas que circularam na corte, como se queixava o próprio Guevara; essas cartas apócrifas foram retiradas por Guevara da edição "oficial" de 1529, continuando contudo a surgir, em apêndice, em edições posteriores, por "imposição" de um público conquistado pela enleante prosa do franciscano. Seria a edição portuguesa de 1529 a estabelecer essa estrutura, doravante adoptada - como é o caso da edição seiscentista do *Relox de Príncipes* de que nos servimos - que refere expressamente incluir "*añadidas ciertas cartas del Emperador Marco Aurelio, que se quitaron en otras Impressiones, que se hizieron antes desta*"¹³.

UM DISCURSO PARA O PRÍNCIPE

Se, ainda que de modo não demasiado explícito ou sistemático, o *Libro Áureo*, pelo estatuto modelar que nele assumia a figura do governante virtuoso, se filiava na ampla tradição dos tratados para a educação dos príncipes, de que na

incompleto lo suple, y es capaz de relatarnos las conversaciones de tres famosas cortesanas, Laida, Lamia y Flora, como si las hubiese conocido". M. MENÉNDEZ Y PELAYO, II, 1962, p. 114.

¹² F. MÁRQUEZ VILLANUEVA e A. REDONDO, 1980, pp. 176-177.

¹³ A. DE GUEVARA, *RP*, p. 19.

Antiguidade o exemplo maior fora a *Ciropedia* de Xenofonte, o *Relox de Príncipes*, por seu turno, incorporando o exemplo de Marco Aurélio, perfilava-se como uma obra de teor normativo, estabelecendo os passos necessários à formação do príncipe, para um dia bem governar a república: "[...] *no es mi fin* - afirmava Guevara no *Prologo - dezir en este libro a los Principes, y grandes Señores que tales son, sino amonestarles que tales deuen ser [...]*"¹⁴.

A essa intenção didáctica era conferido por Guevara um propósito moral, ao justificar, no respectivo *Prologo*, o título escolhido. O relógio, simbolicamente associado às virtudes da prudência e da temperança¹⁵, era aqui apresentado como a quinta invenção que a Antiguidade aceitara pacífica e unanimemente (sendo as outras a vida em comunidade, o alfabeto, as leis e os barbeiros)¹⁶. Redondo - que coloca também a hipótese de essa escolha se relacionar com o reconhecido gosto do imperador Carlos V pelos relógios¹⁷ - enfatiza aquela dimensão moral que, em sua opinião, preside à opção do franciscano, considerando, contra Maravall¹⁸, que ela não reveste em Guevara o valor "político-mecânico" que viria a assumir, ainda no século XVI, na representação da ordenação do Estado e da sociedade.

Esse teor essencialmente moral conduz Guevara a situar a finalidade da sua obra em contraposição à literatura de prazer e frivolidade constituída pelos livros de cavalarias, que condena de modo liminar¹⁹, crítica que retomaria no *Aviso de Privados*, publicado em 1539²⁰. Esta atitude condenatória, que chocava com a real fortuna dos livros de cavalarias, tornou-se um lugar-comum da literatura moral e religiosa no século XVI, e, ultrapassando essa esfera, culminaria, no âmbito da ficção cervantina, na loucura do *Quixote*²¹.

E no entanto, observa Redondo, "[...] l'attitude de Guevara ne manque pas d'être piquante si l'on se rappelle que la fiction du Marco Aurelio, et par la suite du Relox en partie, évoque celle des romans de chevalerie et que les lettres de l'empereur romain à Macrina et à Libia révèlent la connaissance directe qu'avait notre frère mineur de La Celestina et du Tratado [de amores de Arnalte y Lucenda] de Diego

¹⁴ IDEM, *RP* p. 2v.

¹⁵ Anne-Marie LECOQ, 1987, pp. 117 e 503 e Julián GALLEGÓ, 1972, pp 263-266.

¹⁶ A. DE GUEVARA, *RP*, pp. 7v-9.

¹⁷ A. REDONDO, 1976, p. 530.

¹⁸ J.A. MARAVALL, 1986, p. 57.

¹⁹ A. DE GUEVARA, *RP*, p. 9.

²⁰ IDEM, 1657, pp 3v-4.

²¹ A. CASTRO, 1972, pp. 60-61.

de San Pedro". Esta proximidade não escapou à acribia de alguns humanistas, como o erasmista Alonso García Matamoros que, no âmbito de uma crítica geral à obra de Guevara, destacava os seus arrevezamentos de estilo, que considerava herdeiros directos do Amadis e do Esplandian²².

O *Relox de Príncipes*, cuja finalidade expressa era a de conduzir Carlos V a comportar-se como um verdadeiro monarca católico e a bem governar a república, dividia-se em três partes, estabelecendo o quadro dos deveres do príncipe, modelo de todo o corpo político e social - "[...] porque assi como con vna vara mide el mercader toda su ropa, assi con la vida del Principe se mide toda la Republica"²³. A sua ordenação segundo uma estrutura tripartida²⁴, de acordo com o esquema inaugurado por Sedúlio de Liège no século IX²⁵ e consagrado por Egídio Romano no *De Regimine Principum* (c.1287), foi com frequência adoptada nestes tratados, e não constitui novidade. Aliás, uma análise comparativa deixa entrever a proximidade entre o *Relox* e a obra de Egídio Romano ou, com maior propriedade, a adaptação que dela fez García de Castrojeriz, que, mais do que o texto original, influenciou a literatura didáctico-política castelhana²⁶.

Vejam, de forma breve, em que consiste tal estrutura. A primeira parte da obra diz respeito às virtudes e à conduta cristã que devem nortear o príncipe, questão que assume uma importância e uma extensão que singulariza o *Relox* num quadro comparativo com outras obras de teor idêntico²⁷. A segunda parte incide sobre a conduta do príncipe no quadro da família. Contemplando-se, como ponto de partida, as excelências do matrimónio que, no caso dos príncipes, constitui uma necessidade da república (L. II, cap.I) e tem, portanto, um inequívoco significado político, enumeram-se as virtudes de princesas e mulheres nobres, dando-se um realce particular a aspectos como os cuidados a ter com a gravidez (cap.IX-X) e a alimentação ao peito, defendendo Guevara a amamentação materna (cap.XVIII-

²² M. BATAILLON, 1979, p. 696.

²³ A. DE GUEVARA, *RP*, p. 2v.

²⁴ *Ibidem*, p. 18.

²⁵ L. BORN, 1933.

²⁶ F. RUBIO, 1961, pp. 645-667. A. REDONDO, 1976, p. 531. A versão castelhana da obra de Egídio Romano foi feita, de acordo com o respectivo prólogo, c. 1345, para a instrução do príncipe Pedro, futuro Pedro "O Cruel" (1350-1369), por "frey Johan García de Castro Xeres", e seria impressa em Sevilha em 1494. O trabalho de Castrojeriz consistia em duas partes distintas: uma tradução literal do tratado de Egídio Romano, e glosas e comentários da autoria do tradutor. Helen SEARS, 1952, p. 4, nota 12. A *Glosa Castellana al 'Regimiento de Príncipes' de Egidio Romano* foi modernamente editada por PEREZ, 1947 (2ª ed. 2005).

²⁷ Q. SKINNER, 1990, p. 231.

XIX); são ainda focados temas como a criação dos filhos dos príncipes e grandes senhores pelas amas (cap.XXVII) e pelosaios (cap.XXXII), que devem ser cuidadosamente escolhidos (cap. XXXIV), a educação a ministrar às crianças poraios e mestres (cap.XXXVI-XXXVIII), a responsabilidade dos mestres pela conduta das crianças e o afastamento dos vícios (XXXIX-XL). A terceira parte incide sobre o governo de si próprio como indivíduo, e o governo da república. Aqui se enumeram as virtudes do príncipe no exercício da governação, em que avulta a justiça – virtude central da realeza –, questão hiperbolizada pelo célebre episódio do "vilão do Danúbio"(cap. III-V), a que nos referiremos; mas também as virtudes a observar na dimensão privada da sua própria pessoa, evitando todo o género de vícios, como a avareza (cap.XXIII) e os prazeres mundanos (cap.LXXXIX), observando temperança no comer, sobriedade no beber, honestidade no vestir e no falar (cap. XVIII) e tendo sempre presente a sua condição humana, e portanto mortal (cap. XLVIII e seguintes). Guevara afirma ter previsto um quarto livro sobre as relações do príncipe com a sua corte e casa, que não chegou a realizar: "*Començado tenia otro de como se auia de auer el Principe en su Corte, e casa, sino que la sobrada importunidad de los amigos, para que sacasse esto a luz me hizieron suspender la pluma*"²⁸.

A REFLEXÃO SOBRE O IMPÉRIO

O alcance político e ideológico do *Relox de Príncipes* ultrapassa sem dúvida, e largamente, o quadro da representação do príncipe ideal, e a dimensão tendencialmente abstracta que lhe subjaz, para se inscrever nas realidades políticas da época, incorporando-as e reflectindo-as no próprio discurso²⁹. Como sintetiza Bigalli, na ficção cenográfica de um império romano recriado projectavam-se as inquietações e as tensões da Espanha de Carlos V³⁰. Não deixa de ser interessante verificar como já no início do século XVII, um atento leitor português de Guevara, Francisco Rodrigues Lobo, discorria assim, a propósito, na *Corte na Aldeia* (1619): "*D. António de Guevara, em nome de um Emperador Romano, escreveu o que ele queria dizer em Espanha*"³¹. Esta dupla dimensão do *Relox* como texto de corte e político torna-se mais nítida se tivermos em conta o percurso e a relação de Guevara com a corte e o imperador.

²⁸ RP, p. 18. V., a respeito deste quarto livro, A. REDONDO, 1976, pp. 531 e 575-576; IDEM, 1990, pp. 77 e 83-84.

²⁹ A. REDONDO, 1976, pp. 610-694.

³⁰ D. BIGALLI, 1985.

³¹ F.R. LOBO, 1972, pp. 18-19.

Em 1529, data da publicação em Valladolid do *Relox de Príncipes*, o estatuto de Guevara na corte de Carlos V era indiscutível. Oriundo de uma família nobre, mas descendente de um ramo secundário – e de uma mãe *conversa*³² - Guevara frequentara na sua juventude a corte dos Reis Católicos, talvez a partir de 1492, na expectativa de uma possível carreira oficial que não se concretizou. A alteração da conjuntura devida à morte do príncipe das Astúrias, em 1497, e da rainha Isabel a Católica no final de 1504, lançando Castela e toda a Espanha num período de incerteza política, inviabilizou essas expectativas, e levou Guevara a optar pela carreira eclesiástica, ingressando, em 1507, na Ordem de S.Francisco³³. Redondo considera que a verdadeira causa para a perda de valimento do jovem Guevara na corte foi a inesperada morte, em 1506, de Filipe o Belo, uma vez que os Guevara se haviam mostrado fervorosos partidários do ramo flamengo, caído em desgraça após a morte do efêmero Filipe I de Espanha³⁴.

Pouco se sabe sobre a vida monástica de Guevara até 1521, mas a fama de que desfrutou como pregador bem como, depois de um difuso momento em que pendeu para as razões *comuneras*, tal como a ordem franciscana no seu conjunto³⁵, a sua actuação a favor do monarca no conflito das *Comunidades* de Castela (1520-22), e ainda a possível influência de parentes bem colocados junto de Carlos V, fizeram com que o imperador o nomeasse, em 1523, pregador da sua capela. Este facto marca o início da ascensão oficial de Guevara, mas também da sua fama entre os cortesãos, o que talvez ajude também a entender o sucesso das primeiras obras que escreveu. Foi então encarregado de missões importantes pelo imperador como inquisidor do Santo Ofício, empenhando-se na conversão dos mouriscos de Valencia e Granada, e participando, em 1527, na assembleia de Valladolid, encarregada de avaliar a ortodoxia de Erasmo, onde alinhou pelos sectores se mostraram hostis ao humanista de Roterdão³⁶. Viajou por várias cortes em Itália, França e Inglaterra, servindo Carlos V³⁷. Em 1526 obtivera o cargo de cronista oficial, de cuja actividade não parecem restar senão indícios, em 1529 foi nomeado bispo de Guadix e, em 1536, após regressar de Tunes, onde acompanhou Carlos V na empresa de Tunes, bispo de Mondoñedo – diocese de fracas rendas, como a

³² F. MÁRQUEZ VILLANUEVA, 1999, pp. 27-28.

³³ A. DE GUEVARA, *Menosprecio de Corte, Prólogo* a D.João III, p. 106.

³⁴ A. REDONDO, 1976, pp. 93-94, F. MÁRQUEZ-VILLANUEVA, 1999, p. 28, M. FERNÁNDEZ ALVAREZ, 2002.

³⁵ F. MÁRQUEZ VILLANUEVA, 1999, pp. 32-33 e 76.

³⁶ M. BATAILLON, 1979, p. 245 e J. A. MARAVALL, 1960, p. 189.

³⁷ Viagens a que o próprio Guevara alude com algum pormenor no “Prologo” do *Menosprecio de Corte*.

anterior- onde passou a residir, embora não deixasse de frequentar a corte, até à sua morte, em 1545³⁸.

É pois neste quadro de proximidade junto do soberano que devem ser situados o início da notoriedade do *Libro Áureo*, cujo manuscrito o imperador conhecia, por iniciativa do próprio Guevara, pelo menos desde 1524³⁹, e que circulou largamente na corte, e a publicação do *Relox de Príncipes*. Obras suas posteriores, em particular o *El Aviso de Privados y Doctrina de Cortesanos* e o *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea*, publicadas em 1539, reflectem ambas, ainda que de modos bem diversos e até opostos, a vivência e a reflexão de quem conheceu por dentro os meandros da corte, base experiencial que é, de resto, reivindicada por Guevara⁴⁰. De um Guevara que conheceu e admirou, como muitos, a começar pelo próprio imperador, a figura de Baldassar Castiglione (†1529), a quem couberam, entre 1524 e 1529, num conturbado período que culminou com o saque de Roma em 1527, as funções de nuncio do papa Clemente VII junto de Carlos V. Em 1528, Castiglione publicava a sua obra maior, *Il Libro del Cortegiano*, texto central da literatura áulica europeia, cujas várias versões foram sendo compostas entre 1516 e 1524, e de que a partir de 1520 começaram a circular cópias manuscritas, facto que, comprovadamente, precipitou a decisão de Castiglione em fazer imprimir o seu texto.

Se é pouco provável que Guevara tivesse tido conhecimento da obra de Castiglione quando o *Libro Áureo de Marco Aurelio* foi impresso em 1528, já o mesmo não se pode dizer quando publicou, no ano seguinte, o *Relox*, em que a presença tutelar de Castiglione se fez sentir, como vimos, na “efabulação” sobre a edição não autorizada de 1528, e muito menos em 1539, *annus mirabilis* da produção guevariana, quando a obra de Castiglione era intensamente lida em Espanha, quer na sua versão italiana, quer através da celebrada tradução de Boscán, publicada em 1534⁴¹. A centralidade do tema áulico em Guevara articula, pois, esses dois elementos “arquitectónicos” – um percurso de vida marcado pela corte e, como para tantos outros autores da literatura europeia dos séculos XVI e XVII, o irradiante modelo da cortesania de Castiglione, nem que fosse para, em tantos aspectos, dele indiscutivelmente se afastar⁴².

³⁸ A. REDONDO, 1976, pp. 10-150.

³⁹ A. DE GUEVARA, *RP*, p. 17v.

⁴⁰ A. DE GEVARA. *Menosprecio de Corte*, pp. 107-108.

⁴¹ F. MÁRQUEZ VILLANUEVA, 1999, pp. 94-99.

⁴² Sobre o tema da corte e as relações e distâncias entre o *Menosprecio* de Guevara e *Il Cortegiano* de Castiglione, v. F. MARQUEZ VILLANUEVA, 1999, sobretudo pp. 100-170.

Mas, como dizíamos, a intenção didáctica do *Relox* é acompanhada de preocupações ligadas ao contexto e à situação sócio-política da Espanha do seu tempo. A revolta das *Comunidades* de Castela, por muitos historiadores considerada como a primeira revolução moderna da história europeia e que, apesar da sua brevidade, marcou a história de Espanha⁴³, na qual Guevara se viu envolvido, torna-se um dos vectores da reflexão guevariana sobre as estruturas do poder, o papel e as funções do governante nas relações com os seus súbditos, os problemas ligados à justiça, à paz e à guerra, questões que revestem uma dimensão fundamental na economia do *Relox de Príncipes*⁴⁴. A sua reflexão sobre a guerra, entroncando numa especulação de carácter teórico, assumia uma feição de extrema actualidade por um conjunto de acontecimentos à escala peninsular e europeia – a violência da revolta dos *comuneros* no coração de Espanha, fazendo vacilar o recente poder de um jovem rei e imperador, bem como o problema religioso, também uma questão social e política, envolvendo judeus, *conversos* e mouros; uma Europa que, no final dos anos vinte, não conhecia a paz entre os monarcas cristãos, assistindo ao prolongado conflito entre os Habsburgo, agora também reis de Espanha, e os Valois, pela supremacia política no continente; uma Cristandade que se estilhaçava com a Reforma luterana e que assistira, entre aterrada e perplexa, ao saque de Roma pelas tropas imperiais em 1527, confrontando-se, simultaneamente, com o perigo do poderio turco, que avançava a Leste e crescia no Mediterrâneo⁴⁵.

Na posição de Guevara sobre o problema da guerra, que condena de forma quase liminar, deixando apenas em aberto a legitimidade da guerra defensiva⁴⁶, é possível detectar traços pacifistas, que o aproximam de Erasmo, Vives ou de Thomas More⁴⁷; radical é, contudo, a sua condenação da guerra de conquista, facto que, reflectindo porventura o entrecruzar de opiniões sobre o "império universal" preconizado por Gattinara e a sua condenação⁴⁸, claramente se articula com a realidade sua contemporânea da conquista da América. O justamente célebre discurso do "vilão do Danúbio"⁴⁹ surge como uma parábola da polémica em torno

⁴³ V. os estudos de referência, ainda hoje, sobre as *Comunidades*, de J.A. MARAVALL, 1963 e de J. Pérez, 1970.

⁴⁴ A. REDONDO, 1976, p. 526.

⁴⁵ J.-C. MARGOLIN, 1977, J.-P. SALMANN, 2003, M. FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, 2003.

⁴⁶ A. DE GUEVARA, *RP*, cap. XII-XVI, pp. 224-235.

⁴⁷ A. REDONDO, 1976, pp. 649-658. D. BIGALLI, 1985, pp. 238-243.

⁴⁸ A. REDONDO, 1976, pp. 587-590, J.A. MARAVALL, 1960, p. 97, R. MENENDEZ PIDAL, 1946, pp. 331-337.

⁴⁹ A. DE GUEVARA, *RP*, Liv. III, cap. III-V, pp. 207-212v.

da legitimidade do domínio das Américas, e da colonização realizada pelos Espanhóis⁵⁰. Através da metáfora do rústico Mileno que se dirige ao Senado romano denunciando as injustiças, iniquidades e horrores praticados por Roma na conquista da Germânia - e que corporizava, afinal, o índio escravizado das Américas - , Guevara exprimia não só uma radical condenação da guerra de conquista⁵¹ como, através da figura idealizada do índio, se aproximava da corrente de pensamento de Bartolomé de Las Casas, situando-se, deste modo, na origem do mito do *bom selvagem*, tópico destinado a extraordinária fortuna no pensamento político e na literatura europeias⁵².

Essa inscrição no real, através da crítica veemente à colonização do Novo Mundo, tinha como contraponto uma dimensão utópica corporizada na nostalgia de uma Idade de Ouro perdida, nebulosa e longínqua “*hedad dorada*” em que os homens teriam vivido, como o índio que então se confrontava com a conquista, em plena paz e harmonia⁵³.

O RELOX DE PRÍNCIPES : TRAJECTÓRIAS E FORTUNA

A fortuna não só em Espanha, mas em toda a Europa, no século XVI e mesmo no século XVII, do *Libro Áureo de Marco Aurelio* e do *Relox de Príncipes*, ancorada também nos progressos de uma alfabetização que criava novos públicos leitores e uma cada vez mais intensa circulação do livro impresso revelar-se-ia, como afirmámos, um fenómeno editorial de proporções extraordinárias, para o qual é difícil encontrar paralelo. Se é exagerado afirmar que só a *Bíblia* teve maior

⁵⁰ A. REDONDO, 1976, pp. 649-690, A. PAGDEN, 1990.

⁵¹ Vejam-se, por exemplo, as seguintes passagens: “*Grande es vuestra gloria, ò Romanos por las vitorias que aueis auido, y por los triûfos que de muchos Reynos aueis triunfado, pero mayor será vuestra infamia en los siglos aduenideros por las crueldades que aueis hecho, por que hos hago saber sino lo sabeis, que al tiêpo que vos tornareis van delâte los carros triunfales diziêdo, viua, viua la inuencible Roma por otra parte los pobre catiuos van en sus coraçones diziendo a los dioses, justicia, justicia. [...] Ha sido tan grande uestra codicia de tomar bienes agenos, y fue tan desordenada uestra soberua de mandar en tierras estrañas, que ni la mar vos pudo valer en sus abismos, ni la tierra vos pudo assegurar en sus campos. [...] Allà en mi tierra de Germania tenemos por infalible regla, que el hombre que toma por fuerça lo ageno, pierde el derecho que tiene a lo suyo propio*”. RP, 207v-208. Todo o discurso de vilão perante o Senado, que se prolonga por três capítulos, reveste um carácter identicamente incisivo.

⁵² A. REDONDO, 1976, J.M. GOMEZ TABANERA 1966, A. RALLO GRUSS, 1979, pp. 133-138.

⁵³ V. particularmente a análise de MARAVALL, 1960, pp. 183-205, e MARAVALL, 1982. O mito da “*hedad dorada*” é, aliás, central na construção guevariana: RP., Liv. I, cap.XXXI. Sobre a presença do mito da Idade do Ouro na sua obra, v. A. REDONDO, 1976, pp. 580-581; D. BIGALLI, 1985, pp. 256-280. Um ponto da situação sobre alguns dos estudos mais importantes relativos ao mito da Idade de Ouro pode ver-se em A. SCAGLIONE, 1991, p. 406, nota 7.

número de edições⁵⁴, o facto é que a difusão de ambas as obras de Guevara atingiu uma expressão singularíssima. Assim, no que diz respeito ao *Libro Áureo*, podem referenciar-se vinte e uma edições em castelhano, para o período entre 1528 e 1550, se bem que haja indícios de que este número possa ainda ter sido superior⁵⁵. Se se tiver em conta o número de edições, não só em castelhano, mas das respectivas traduções em francês, italiano ou inglês, verifica-se que as edições conhecidas até 1663 ultrapassam a centena⁵⁶.

Os números relativos ao *Relox* são igualmente significativos, ultrapassando também a centena o número das suas edições nas várias línguas europeias. Entre 1529 e 1550 houve pelos menos onze edições em castelhano, das quais oito entre 1529 e 1534. Até 1698 o número total de edições em castelhano foi de dezanove. Lino Canedo contabiliza ainda dez edições em alemão (1574-1665), uma edição em arménio (1738), quarenta e três edições em francês (1540-1608), três edições em holandês (1617-1618), duas em húngaro (1610-1628), seis em inglês (1557-1919), das quais quatro entre 1557 e 1589, onze edições latinas (1601-1746), uma edição em polaco (1773)⁵⁷. Também em Portugal as obras de Antonio de Guevara conheceram assinalável fortuna, com destaque para a edição de Lisboa do *Relox*, ocorrida em Lisboa por ordem de D. João III quase em simultâneo com a primeira edição castelhana⁵⁸.

A extraordinária ressonância europeia do *Libro Áureo* e do *Relox de Príncipes* durante sensivelmente século e meio deu lugar, a partir da centúria de Setecentos, a uma progressiva perda de audiência que relegou o seu autor para um plano de relativa obscuridade. Tal facto, até pelo contraste com a anterior fortuna literária dos seus escritos, não deixa de ser uma questão cultural e sociologicamente relevante, que tem interessado alguma crítica histórica e literária. Vejamos um pouco este aspecto.

A fortuna de um Guevara intensamente lido e apreciado, porventura o autor mais lido do seu tempo, tanto dentro como fora de Espanha⁵⁹ constituiu, para a crítica que Redondo considera herdeira do espírito positivista, maximamente representada por Morel-Fatio e Lida de Malkiel, um contra-senso, instaurando a

⁵⁴ E. GREY, 1973, p. IX.

⁵⁵ A. REDONDO, 1976, p. 522.

⁵⁶ L. CANEDO, 1946, P. GRENDLER, 1991.

⁵⁷ L. CANEDO, 1946, pp. 472-503.

⁵⁸ A. I. BUESCU, 1996, pp. 181-190.

⁵⁹ F. MÁRQUEZ VILLANUEVA, 1999, p. 19.

perplexidade. Com efeito, os pressupostos que orientaram a apreciação crítica que estes estudiosos fizeram dos escritos de Guevara, ao denunciarem o carácter efabulatório das suas obras pretensamente "históricas", a inexactidão das suas fontes, o artificialismo do seu estilo ou o carácter sincrético da sua erudição, confluíram para uma desqualificação do valor do conjunto da produção guevariana, para já não falar da personalidade do próprio Guevara, que desta forma se perfilava como símbolo da impostura e da inautenticidade⁶⁰. Assim sendo, o sucesso que na época rodeara a obra de Guevara só podia radicar num gigantesco equívoco ou, como defendeu Lida de Malkiel, no "espírito medieval" e anacrónico que, apesar da "roupagem" pretensamente classicizante, a caracterizaria, e que continuava a encontrar um eco considerável na época em que Guevara escreveu⁶¹.

O posicionamento crítico destes eruditos perante a produção guevariana radica, fundamentalmente, no mesmo conjunto de razões das reservas que os círculos humanistas seus contemporâneos manifestaram perante a sua obra. As *Cartas Censorias* (1549) que Pedro de Rhua, modesto humanista de Soria, enviara a Guevara, traziam até este o protesto do rigor filológico e histórico, que estavam na base da cultura humanista, perante o sincretismo, a falta de rigor, a contaminação entre história, fábula e invenção em que se alicerçava a construção guevariana. Também Paulo Jovio se escandalizava com o latim de Guevara, admirando-se como o imperador pudera escolher como cronista alguém a quem faltavam tão decisivos atributos⁶². A rejeição e mesmo a hostilidade dos humanistas em relação a Guevara é sublinhada por Marcel Bataillon: "*Demasiado poco se ha dicho - afirma - hasta que punto es ajeno Guevara a la corriente erasmiana, apesar de las coincidencias de detalle que son inevitables dada la multitud de los asuntos que trata. Su Marco Aurelio, en todo caso, resulta una buena piedra de toque. Es, para los erasmistas, el prototipo de la literatura mentirosa. Ni Juan de Valdès ni Vives le conceden el honor de nombrarlo, en una época en que hace furor lo mismo en España que en Francia. Pero qué rayo de luz cuando leemos este breve postscriptum en una carta de Alfonso de Valdès a Dantisco: "Nuestro amigo Suárez te manda saludar tantas veces como mentiras hay en el Marco Aurélio"*"⁶³.

A severidade da crítica que referimos pode ser vista, numa perspectiva diversa, como a outra face da reatualização do interesse da crítica contemporânea por

⁶⁰ A. REDONDO, 1976, pp. 9-12.

⁶¹ M. R. LIDA DE MALKIEL, 1945, D. BIGALLI, 1985, pp. 223-226.

⁶² F. MÁRQUEZ VILLANUEVA, 1999, p. 24.

⁶³ M. BATAILLON, 1979, p. 620 e ainda p. 696. V. também GREY, 1973, especialmente o cap. II, "Guevara and the Humanists", pp. 23-51.

Guevara, cuja figura e obra foram objecto de uma série de estudos que clarificaram pontos obscuros da sua biografia e da sua produção literária. Entre eles destaca-se a obra, inacabada, de René Costes, primeiro trabalho de conjunto sobre a sua vida e obra, e estudos de autores que pretendem evidenciar aspectos e questões específicas, que seriam retomadas por Redondo, sobre, nomeadamente, o alcance e o ascendente das concepções guevarianas no pensamento político e no processo de "hispanização" da política de Carlos V, como é o caso de Menendez Pidal, Americo Castro, ou José Antonio Maravall.

Foi contudo Augustin Redondo que veio recolocar no seu todo e em termos inovadores a figura de Guevara, operando a superação de uma série de ideias feitas não só sobre a dimensão humana, como sobre a obra, o alcance e a influência política do pensamento do franciscano. Esta reavaliação toma, precisamente, como um dos seus pontos de partida - aquele que aqui sobretudo nos interessa - a perplexidade devida ao contraste entre o extraordinário sucesso da sua obra nos séculos XVI e XVIII, e a desvalorização que posteriormente a envolveu. O inquérito de Redondo orienta-se, pois, entre outras direcções, no sentido de averiguar os parâmetros que condicionaram o sucesso da obra de Guevara no seu tempo, superando a projecção de uma leitura anacrónica para lhe restituir o *sentido literal* que o autor lhe conferiu, e os *códigos de leitura* a partir dos quais foi lida e apreciada na época⁶⁴. O imediato sucesso do *Libro Áureo de Marco Aurelio* junto do público cortesão ao qual, para além do imperador, esta obra se destinava radica na própria temática versada, de feição aristocrática. Assim, o universo do imperador romano, a corte, os círculos e pessoas que o rodeavam, para lá da dimensão humana que presidia à "reconstituição" psicológica e moral da sua figura como indivíduo, evocavam poderosamente e sugeriam uma analogia imediata com o universo da aristocracia que rodeava Carlos V, proporcionando um processo de identificação por parte dos cortesãos⁶⁵.

O êxito das obras de Guevara depressa ultrapassou esses círculos mais restritos e ganhou uma dimensão europeia - os próprios *curricula* escolares de finais do século XVI em Itália e não só, incluíam o *Libro Áureo de Marco Aurelio*⁶⁶ -, difusão que deve ser vista, fundamentalmente, em função dos valores e das formas culturais que veiculava: a feição moralizante, em que se tornava óbvia a articulação entre a lição do moralismo antigo e o cristianismo, polarizada em torno da figura do imperador-filósofo Marco Aurélio, cuja proximidade com o estoicismo de

⁶⁴ A. REDONDO, 1976, p. 11.

⁶⁵ *Ibidem*, pp. 496-497.

⁶⁶ P. GRENDLER, 1991, p. 300.

Séneca se tornava flagrante na obra de Guevara⁶⁷; a vertente didáctica e normativa que se entrelaçava com a expressão de um cristianismo difuso⁶⁸; a profusão de sentenças e exemplos, condicionando a feição de um discurso de carácter miscelânico, tão ao gosto da época⁶⁹, sustentado por uma língua poderosa e enleante, que faz de Guevara, aos olhos da crítica contemporânea, um dos mestres do idioma castelhano⁷⁰; a dimensão lúdica, de entretenimento e de evasão, de que se revestia⁷¹; finalmente, a matriz classicizante, ou pseudo-classicizante, respondia ao revivalismo que, em termos de um público progressivamente mais lato, se deixava deslumbrar não por uma Antiguidade rigorosamente restituída - que ocupava os humanistas - mas, acima de tudo, *evocadora*.

Utilizando processos de apropriação da cultura clássica nos quais já foi vista a marca da utopia⁷², Guevara respondia a essa aspiração; a sua estratégia criadora pretendia dar conta não da *verdade histórica*, mas de situações *verosímeis*, construídas com recurso à história ou, perante o seu silêncio, à imaginação ou a processos de efabulação. Não distinguindo entre uma e outra, mas fazendo ambas participar de uma construção totalizante, Guevara chamou a si, simultaneamente, as reservas dos humanistas, um público ávido de *histórias*, e um papel de destaque na gestação não só da novela espanhola do século XVI, mas também do romance moderno⁷³. A generalidade dos críticos que se ocuparam da obra de Guevara considera que a presença de tipos e personagens na obra guevariana anuncia e prefigura a novela picaresca espanhola⁷⁴, com a qual manteve um diálogo próximo,

⁶⁷ K. A. BLÜHER, 1983, pp. 284-298.

⁶⁸ A. REDONDO, 1976, p. 497.

⁶⁹ É assinalável no século XVI a popularidade da literatura apotegmática que, inscrevendo-se na tradição clássica cujo paradigma é Plutarco, autor das célebres *Vidas Paralelas*, *Obras Morais* e *Apotegmas* (de longe o autor mais citado por Guevara, segundo A. REDONDO, 1976, pp. 545-546, e nota 126) e continuando, de certo modo, a tradição medieval de recolha de ditos e sentenças de sábios e filósofos, exerce também uma poderosa atracção sobre os humanistas, como é o caso do próprio Erasmo, autor dos *Apophtegmata* (1531). V. M. BATAILLON, 1979, pp. 622-628, A. RALLO GRUSS, "Introducción" a *Menosprecio de Corte*, 1984, pp. 48-49, e pp. 63-64 e o estudo circunstanciado de Blecuá.

⁷⁰ F. MÁRQUEZ VILANUEVA, 1999, p. 11.

⁷¹ A. REDONDO, 1976, p. 534 e F. MÁRQUEZ VILLANUEVA e A. REDONDO, 1980, pp. 175-178.

⁷² É esse o sentido da reflexão de Maravall acerca da presença da cultura antiga em Guevara, superando as leituras tradicionais sobre as inexactidões do franciscano, e anunciando a interpretação de Redondo. J. A. MARAVALL, 1960, pp. 185-186.

⁷³ F. MÁRQUEZ VILLANUEVA e A. REDONDO, 1980.

⁷⁴ A. RALLO GRUSS, ed. do *Menosprecio de Corte...*, 1984, p. 208, nota 18.

bem como com Montaigne e Cervantes, “ninguno de los cuales hubieran sido sin él [Guevara] lo que fueron”⁷⁵.

A OBRA DE FRAY ANTONIO DE GUEVARA EM PORTUGAL

O *Relox de Príncipes*, obra cujo percurso, significado e alcance procurámos estabelecer nos seus aspectos mais relevantes, teve a sua primeira edição em Valladolid, onde acabou de se imprimir a 8 de Abril de 1529⁷⁶. A 13 de Setembro desse mesmo ano, saía dos prelos de Germão Galharde, em Lisboa, impressão para a qual o livreiro alemão Frederico Loner obtivera privilégio de D.João III⁷⁷, aquela que é considerada a segunda edição da obra de Guevara que, apresentando algumas modificações relativamente à edição de Valladolid, constituiria, doravante, a matriz do *Relox de Príncipes*.

Com efeito, a edição de Lisboa apresenta a particularidade de constituir o "segundo estado" do texto da obra de Guevara, incluindo, aparentemente à revelia do autor, as cartas de amor de Marco Aurélio, que Guevara retirara da edição "oficial" de 1529, além de sete outros capítulos igualmente suprimidos. Por outro lado, o próprio título da obra se alterava, não tornando a surgir de forma autónoma como *Libro Llamado Relox de Príncipes*, mas sim *Libro del Eloquentíssimo Emperador Marco Aurelio con el Relox de Príncipes*, o que favoreceria a frequente confusão entre ambas as obras⁷⁸. O único exemplar conhecido foi, durante muito tempo, o da Biblioteca Nacional de España (cota: R 13 544), que consultámos⁷⁹. Ainda em 1926, o erudito António Joaquim Anselmo fazia a respectiva descrição "por uns apontamentos manuscritos da B.N. de Lisboa que por sua vez a transcreveram dum Catalogue de livres anciens de Maisonneuve, Paris, 1866 (nº2853)", na ausência, portanto, de qualquer exemplar desta edição raríssima⁸⁰, de

⁷⁵ F. MÁRQUEZ VILLANUEVA, 1999, p. 14.

⁷⁶ Lino CANEDO, 1946, nº 103, pp. 474-476.

⁷⁷ *Libro del Eloquentíssimo Emperador Marco Aurelio, con el Relox de Príncipes*, Lisboa, 1529, Cóloufon, fol.CCLXXXII.

⁷⁸ O título completo da edição de Lisboa é *Libro del Eloquentíssimo Emperador Marco Aurelio, con el Relox de Príncipes. Van mas que en los Pasados Añadidas Nueve Cartas, y Siete Capítulos, no de Menor Estilo y Altas Sentencias que todo en el Contenido*. Lisboa, Germão Galharde, 1529.

⁷⁹ A razão para a consulta do exemplar da BNE reside no facto de, quando pela primeira vez contactámos e estudámos a obra de Guevara, esta raríssima edição feita em Lisboa não existir na Biblioteca Nacional de Portugal. V. notas seguintes.

⁸⁰ A.J. Anselmo, 1977, nº 581, A. Redondo, 1976, p. 573, L. Canedo, 1946, nºs 103, pp. 104 e 105, 474-477.

que hoje a Biblioteca Nacional de Portugal possui um exemplar (BNP, Res. 3959 V)⁸¹.

Mas para além da edição do *Relox* em Lisboa, quase simultânea com a edição de Valladolid, a presença de Guevara em Portugal suscita ainda algumas considerações relativas ao *Libro Áureo de Marco Aurélio*, que teve a sua primeira edição em 1528, em Sevilha, onde foi publicado, sem nome de autor, por Jacobo Cromberger. Há, de facto, a hipótese de ter existido uma edição do *Libro Áureo* em Lisboa, ainda em 1528, hoje desconhecida. Ela é atestada pelo próprio Guevara, que no *Prologo* do *Relox* se lhe refere em termos explícitos⁸², existindo ainda o testemunho do Padre Flórez, que no tomo XVIII da sua *España Sagrada* (1764) afirma ter presente um exemplar da edição de Lisboa de 1528⁸³. A autoridade de ambos os testemunhos levam o P. Canedo a considerar como insofismável a existência de tal edição, apesar de não se conhecer qualquer exemplar, incluindo-a no seu catálogo das edições de Guevara⁸⁴.

É questão que, julgamos, merece alguma atenção. Augustin Redondo afasta de forma categórica a hipótese sustentada por Amalio Huarte para explicar a utilização do chamado *caracter manuelino* na edição sevilhana do *Libro Aureo* de Cromberger. Em síntese, a utilização do *caracter manuelino* na edição de Cromberger levava Huarte a pôr em causa a existência da edição de Sevilha do *Libro Áureo*, considerando que aqueles caracteres seriam próprios da produção portuguesa do impressor, e que a primeira edição do *Libro Áureo* teria sido, afinal, feita em Lisboa. Cromberger obtivera de facto, em 1508, um alvará do rei D. Manuel concedendo-lhe, e a todos os que viessem a exercer em "*estes Regnos*" a "*nobre arte da ympresam*", "*aquellas mesmas graças priuillegios liberdades e*

⁸¹ O *Libro del Eloquentissimo Emperador Marco Aurelio com el Relox de Príncipes* deu entrada nos fundos da Biblioteca Nacional de Portugal, por compra. Segundo informações prestadas pelo Serviço de Aquisições da BNP, que agradecemos, o registo de compra – 305939 - data de 30 de Janeiro de 1997.

⁸² Após referir, em termos críticos, a edição de Sevilha de 1528, aparentemente feita à sua revelia, como já referimos, Guevara afirma: "*No parando en esto el negocio [a edição de Sevilha], imprimieronlo otra vez en Portugal, y luego en los Reynos de Aragon [ed. de Valencia, 1528], y si fue viciosa la impresion primera, no por cierto lo fueron menos la segunda, y la tercera [...]*". RP, p. 17v.

⁸³ "*Copiaronle [o Libro Áureo de Marco Aurélio] algunos curiosos, y salió impreso en Sevilla contra la voluntad de su dueño: y luego en Lisboa año de 1528 sin nombre del Autor, pero con mucho elogio, pues en la hora tengo delante esta impresión; y lo expreso, por no mencionarla otros*" (232a). Cit. por A. REDONDO, 1976, p. 513, nota 262.

⁸⁴ L. CANEDO, 1946, n.º 2 451.

homras que ham e deuem aver os caualleiros de nosa casa [...]"⁸⁵. Não há, contudo, qualquer rasto documental dessa eventual actividade de Cromberger no nosso país, se bem que a edição de 1539 das *Ordenações* tenha sido feita na sua oficina (já após a sua morte) em Sevilha. Redondo refuta, pois, a hipótese de Huarte, demonstrando que Cromberger utilizara com frequência aqueles caracteres na sua produção sevilhana, e que a primeira edição do *Libro Áureo* fora efectivamente realizada em Sevilha pelo impressor alemão⁸⁶.

Considerando plausível que tenha existido uma hoje desconhecida edição do *Libro Áureo* impressa em Lisboa, Redondo inclina-se, no entanto, para a possibilidade de essa edição ter sido feita nas oficinas de Cromberger em Sevilha, com um cólofon inexacto, indicando uma data diferente e Lisboa como local de impressão, tal como, aliás, defende ter acontecido com a edição de 1521 das *Ordenações Manuelinas*. José V. de Pina Martins aceita com reservas, uma vez que não se apresentam provas documentais, os fundamentos da hipótese avançada por este estudioso no que diz respeito à possibilidade de a edição de 1521 das *Ordenações* ter sido feita em Sevilha⁸⁷. Seja como for, tanto a possível edição em Portugal do *Libro Áureo* em 1528, como a do *Relox de Príncipes* no ano seguinte, reflectem o eco imediato que alcançaram, também em Portugal, as primeiras obras de Antonio de Guevara, no quadro mais geral do êxito que acompanhou a publicação de ambos os livros por toda a Europa.

Contudo, e reportando-nos em particular ao *Relox*, convém sublinhar que a edição de Lisboa foi feita por mandado de D. João III, o que reflecte a atenção deste monarca por um discurso político-normativo sobre a figura do príncipe⁸⁸, e situa a difusão da obra a partir dos círculos da corte. Este facto articula-se com a relação entre os dois reinos ibéricos, unidos por laços familiares de grande proximidade⁸⁹, o que ajuda a explicar a penetração e, até, o ascendente da cultura castelhana em Portugal no século XVI, nomeadamente no que diz respeito a certas manifestações da sua vertente cortesã. O facto, aliás, de a edição de Lisboa do *Relox de Príncipes* reproduzir o texto castelhano e não uma tradução para português, longe de surgir

⁸⁵ ANTT (Torre do Tombo), *Chancelaria de D.Manuel*, Liv.V, 6v, doc. publicado por DESLANDES, 1988, 12-13.

⁸⁶ A. REDONDO 1966, pp. 103-125 e 1976, pp. 509-514.

⁸⁷ J.V. de PINA Martins, 1989, II, p. 905, nota 121 e p. 931, notas 186 e 187.

⁸⁸ A.I. BUESCU, 2000.

⁸⁹ Lembremos que o monarca português, neto por via materna dos Reis Católicos, casara em 1524 com D. Catarina, a irmã mais nova do imperador Carlos V que, por seu turno, casaria no final de 1525 com D. Isabel, irmã de D. João III, num casamento duplo frequente nas monarquias europeias na época.

como um fenómeno de excepção, traduzia a realidade constituída pelo bilinguismo, traço que assumiu um carácter estrutural na cultura portuguesa, em particular nos séculos XVI e XVII, e de subida importância para entender os mecanismos de circulação da cultura escrita no Portugal moderno⁹⁰. Para o conjunto do século XVI, pode apontar-se uma percentagem de edições em língua castelhana que não anda longe dos 15% do total das obras impressas, precisamente 13,7%, percentagem que calculámos a partir do elenco das 1312 obras constantes da *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no Século XVI* de António Joaquim Anselmo que, embora incompleto, reflecte a ordem de grandeza da questão que pretendemos sublinhar. O português alcança uma percentagem de 56% e o latim de 30,3%. Deixando de lado as peças de legislação avulsa, o português desce para pouco mais de 50,8%, alcançando o latim 33,8% e o castelhano 15,4%.

A análise dos conteúdos da livraria real, no tempo de D.Manuel e de D.João III, permite também aquilatar a importância que o castelhano então assumia no conjunto das obras inventariadas⁹¹. É contudo pela análise da livraria da rainha D.Catarina que de forma mais flagrante essa realidade se impõe⁹². Também Guevara se encontra representado entre os livros castelhanos de D. Catarina. No inventário das jóias e alfaias do tesouro da rainha respeitante a 1534, figuram dois exemplares do *Libro Aureo de Marco Aurelio*⁹³, e no inventário do códice relativo às suas despesas, encontramos referência ao pagamento por Afonso Lourenço, livreiro e impressor da rainha, em Novembro de 1540, de 480 reais pelas "[...]Obras do bispo de Momdonhedo⁹⁴ écadernadas em purgaminho com fitas", e de 450 reais "*das epistolas familiares do dito bispo emcadernadas em purgaminho com fitas*"⁹⁵.

Se é importante assinalar que a edição de Lisboa de 1529 do *Relox de Príncipes* é feita em castelhano, maior significado tem verificar a raridade das traduções para

⁹⁰ A.I.BUESCU, 2004.

⁹¹ F. S. VITERBO, 1902, P.I 1-26. Uma contabilização rigorosa revela-se impossível, em virtude da frequentemente deficiente e omissa referência a autores e títulos.

⁹² *Ibidem*, pp. 26-41.

⁹³ VITERBO, 1902, nº29, "Marcos Vrelo, *cubierto de cuero*", e nº 31, "Marco Avrelo e Ysopete *en vn libro guarnecido de cuero leonado cõ sus brochas e texidos*". *Ibidem*, 34.

⁹⁴ Trata-se, certamente, da edição *princeps* de 1539 que agrupava, num único volume, o *Menosprecio de Corte*, o *Libro de los Inventores del Arte de Marear*, a *Década de Césares* e o *Aviso de Privados y Doctrina de Cortesanos*, publicada em Valladolid sob o título de *Las Obras del Illustre Señor don Antonio de Guevara Obispo de Mondoñedo, Predicador y Chronista y del Consejo de su Magestad*.

⁹⁵ F.S. VITERBO, 1902, pp. 28-29.

português das obras de Guevara⁹⁶. Este facto, conjugado com uma presença impressa que se sabe ter sido apreciável - as suas obras figuravam em quase todas as livrarias conventuais em Portugal em numerosos exemplares⁹⁷ -, atesta, se necessário fosse, a difusão que o idioma castelhano tinha nos círculos cultos do país. Tal realidade permite compreender a razão pela qual as traduções portuguesas de Guevara que existem são, além de muito raras, bastante tardias - praticamente todas do século XVIII⁹⁸ - e permaneceram, na sua quase totalidade, manuscritas⁹⁹. Tornava-se, com efeito, desnecessário editar em tradução obras que, até pelo êxito editorial de que se revestiam em Espanha, com facilidade chegavam a Portugal através dos circuitos do mercado do livro. A quase inexistência de versões portuguesas não deve ser, pois, interpretada como indício de desconhecimento das obras de Guevara, mas sim da existência de um importante e diversificado mercado - corte, nobres e cortesãos, Igreja, meio conventual - para a circulação de textos das mais diversas matérias em língua castelhana na sua versão original.

Para além das obras referidas, pelo menos desde Novembro de 1540, como ficamos a saber pelo respectivo pagamento ao livreiro Afonso Lourenço, existia na livraria da rainha D.Catarina uma outra obra de Guevara que merece uma referência especial. Trata-se do célebre *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea*, publicado em 1539, em Valladolid, que apresenta a particularidade de ser dedicada pelo autor a D.João III¹⁰⁰. Curiosamente - ou talvez não, pelo que fica

⁹⁶ F. LOPES, 1946, pp. 605-607.

⁹⁷ F. LOPES, 1946, p. 605 e DIAS, 1960, p. 290, nota 1.

⁹⁸ Com a excepção do *Peculio de Sentenças, Maximas, Conceitos, Noticias Curiosas...*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), cod. 27, ainda do século XVII. Não é coincidência, julgamos, o facto de praticamente todas elas datarem do século XVIII, época em que a projecção do castelhano dava progressivamente lugar à crescente importância do francês como língua veicular de cultura.

⁹⁹ BNP, cod. 4465, *Epistolas Familiares de Dom Antonio de Guevara. Bispo de Mondonhedo, Pregador, Chronista e do Conselho do Emparador...*; ANTT, Livraria, ms. 808, *Emperador Marco Aurelio. Sua Vida e suas Acçoens Com Varias Cartas...*; BGUC., cod. 27, *Peculio de Sentenças...*, fols.172-236v. Todas estas obras são referenciadas por Lopes; existe ainda uma tradução setecentista do *Libro Aureo de Marco Aurélio*, que aquele erudito desconhece, na secção de manuscritos da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (BACL), série vermelha, ms.227 a 231: *Libro Aureo da Vida e Cartas do grande Marco Aurelio Antonio, Emperador Romano, traduzidas da Língua Espanhola*, 5 Partes. Esta enumeração, não excluindo a hipótese de existir ainda mais alguma espécie desconhecida, traduz uma ordem de grandeza que deve, em qualquer dos casos, estar correcta.

¹⁰⁰ A. DE GUEVARA, *Libro llamado Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea. Dirigido al muy alto y Poderoso señor de Portugal, don Juan tercero deste nombre. Compuesto por el Ilustre señor don Antonio de Guevara, obispo de Mondoñedo, Predicador y Cronista y del Consejo de su Magestad*, [Valladolid, 1539]. A edição consultada é a de Rallo Gruss.

dito atrás - a única edição do *Menosprecio* em Portugal data de 1657, em Coimbra, por Manuel Dias, impressor da Universidade, que saiu juntamente com o *Aviso de Privados* e o *Libro de los Inventores del Arte de Marear*. Para além de o bilinguismo ajudar a explicar a ausência de certas edições em Portugal, torna-se necessário referir, no que diz respeito ao *Menosprecio de Corte*, o facto de esta obra ter sido sujeita ao juízo inquisitorial, em virtude de certas passagens relacionáveis com os *alumbrados* e algumas ressonâncias de possível sabor luterano. Em 1551 o *Menosprecio* foi incluído no *Index* de Toledo, não sendo objecto de mais qualquer impressão em Espanha até 1579¹⁰¹.

O *Prólogo* que dirige ao rei português, em que Guevara justifica a dedicatória invocando os laços de parentesco entre D. João III e Carlos V e faz o elogio retórico do "Piedoso"¹⁰² encerra, certamente, um objectivo específico de valimento junto do príncipe, razão de ser, aliás, deste tipo de dedicatórias; escapam-nos, no entanto, tanto as razões de Guevara, como o eventual eco, por parte do monarca português, perante a dedicatória do franciscano. Em leitura que não é pacífica entre os críticos guevarianos, a génese do *Menosprecio de Corte* já foi relacionada com um possível ressentimento de Guevara em virtude da sua transferência para a diocese de Mondoñedo, revestindo nesse quadro a dedicatória a D. João III um significado preciso¹⁰³. Americo Castro considera que as obras de Guevara posteriores à sua nomeação como bispo de Mondoñedo reflectiriam uma "*retórica de resentido*", em consequência daquilo que teria constituído, por razões obscuras, talvez relacionadas com episódios ocorridos durante as cortes de Toledo de 1538-39¹⁰⁴, a sua marginalização da corte de Carlos V e o inegável declinar do seu valimento junto do imperador¹⁰⁵. Em todo o caso, fossem quais fossem as causas reais, "*lo cierto es que en el prólogo y dedicatoria del libro el autor da claramente la espalda a don Carlos [...]*"¹⁰⁶.

Melhor conhecido nos seus contornos e incidentes é, sem dúvida, o caso da dedicatória de Erasmo das suas *Chrysostomi Lucubrationes* ao mesmo D. João III, em 1527, que o autor retiraria da edição de 1530, em virtude do desagrado que a sua alusão negativa ao monopólio das especiarias suscitara na corte portuguesa¹⁰⁷.

¹⁰¹ V. *Menosprecio*, ed. Rallo Gruss, p. 135, nota 9.

¹⁰² *Ibidem*, pp. 111-112.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 77, nota 77.

¹⁰⁴ F. MÁRQUEZ VILLANUEVA, 1999, pp. 79-80.

¹⁰⁵ A. CASTRO, 1957, p. 71.

¹⁰⁶ F. MÁRQUEZ VILLANUEVA, 1999, p. 78.

¹⁰⁷ Este episódio foi minuciosamente estudado por BATAILLON, 1974a.

Ao contrário, pois, do que sucedeu com a iniciativa de Erasmo, não conhecemos a reacção da corte portuguesa perante uma obra que, sem alcançar o renome do *Libro Áureo* ou do *Relox de Principes*, com elas mantinha o traço comum de constituir uma reflexão sobre a corte, ainda que numa perspectiva bastante diversa e até oposta. Ao pintar as misérias da corte e dos cortesãos, não de forma abstracta mas com base numa experiência de vida, de que os capítulos finais são testemunho eloquente, Guevara situava-se na tradição literária "realista" do *Policraticus* (1159) de João de Salisbúria, do *De Curialium Miseriis Epistola* (1473) de Aeneas Silvio Piccolomini, futuro Pio II¹⁰⁸, ou, em termos da tradição hispânica, do *Rimado de Palacio* de Lopez de Ayala¹⁰⁹; mas ao propor o seu abandono - ou seja, o abandono do mundo¹¹⁰ - exortando ao regresso à aldeia, o seu pensamento, simultaneamente inscrito na tradição clássica do *Beatus ille*, e na tradição medieval do *contemptus mundi*, ganhava contornos de verdadeira utopia¹¹¹.

A reflexão sobre o lado "nocturno" da corte, embora sem assumir a dimensão e o alcance que encontra no *Menosprecio*, e que se tornará um tópico literário¹¹², encontra também em Portugal expressão nos círculos da cultura humanista próxima da corte. É o caso de Sá de Miranda e as suas *Cartas* a António Pereira e a D. João III¹¹³, de André de Resende e as epístolas *De Vita Aulica*, endereçadas respectivamente a Martinho Ferreira (1531/33), em que se denuncia a vida perversa dos cortesãos de Carlos V e a Damião de Góis (1535/44), relativa à injustiça de que são alvo os poetas na corte joanina¹¹⁴, ou ainda do *Duarum Virginum Colloquium de Vita Aulica et Privata* (1552) de Luísa Sigea¹¹⁵. A epístola de Aeneas Silvio

¹⁰⁸ Indica-se aqui a data da primeira edição da *Epistola*, escrita em 1444. Refira-se que, sem dúvida por influência da obra de Piccolomini, o título desta obra de Guevara, conforme consta do privilégio de impressão de 21 de Janeiro de 1539, deveria ser *De los Trabajos de la Corte*, sendo depois alterado para *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea*. V. *Menosprecio*, ed. Rallo Gruss, 1984, p. 229, nota 4.

¹⁰⁹ A. FRANCO SILVA e M. ROMERO TALLAFIGO, 1981.

¹¹⁰ A identificação entre *corte* e *mundo* é tutelar e recorrente em Guevara, dando de resto corpo e sentido ao núcleo central da construção guevariana no *Menosprecio de corte* V. por exemplo cap. XIII, pp. 226-227, e a famosa exclamação final, cap. XX, p. 286.

¹¹¹ A. REDONDO 1979, A. DE GUEVARA, *Menosprecio*, ed. Rallo Gruss, 1984, pp. 62-82; P. SMITH, 1966, p. 35; A. SCAGLIONE, 1991, pp. 29-251).

¹¹² F. CHECA CREMADES, 1987, pp. 12-13, P. SMITH, 1966.

¹¹³ F. DE SÁ DE MIRANDA, 1989, nº 104 e nº108, T. F. EARLE, 1980, pp. 47-70.

¹¹⁴ A. DE RESENDE, ed. J.R.C. MARTYN, 1990, pp. 108-124 e 126-133, respectivamente.

¹¹⁵ Esta obra de Luísa Sigea, cujo rasto se perdeu, permaneceria inédita até ao século XX, sendo editada por O. Sauvage. Além do estudo introdutório de Sauvage à citada edição, sobre Luísa Sigea, v. C.M. DE VASCONCELOS, 1983, e A. M. ALVES, 1990.

Piccolomini, seria publicada em Coimbra, em 1563, em tradução castelhana com o título de *Tractado de la Miseria de los Cortesanos*. Dir-se-ia mesmo que, de certa maneira e aparentemente de modo paradoxal, o menosprezo da corte se torna um tema áulico, como transparece, a nosso ver de forma paradigmática, da violenta diatribe de António Pinheiro, figura então em processo de ascensão na corte joanina¹¹⁶, contra a corte e os seus malefícios, na dedicatória a D. João III da sua tradução do *Panegírico* de Plínio a Trajano - afinal, puro exercício de um cortesão zeloso e atento¹¹⁷.

Sintetizando, podemos concluir que a obra de Guevara era conhecida nos círculos da corte portuguesa no século XVI, pois só na livraria da rainha D. Catarina existiam o *Libro Áureo de Marco Aurelio*, em dois exemplares, as *Epistolas Familiares*, a *Década de Césares*, o *Menosprecio de Corte*, o *Aviso de Privados*, e a *Arte de Marear*. Situação devida à proximidade política e linguística entre ambos os reinos, mas também à própria índole da obra de Guevara que veiculava valores e formas culturais que tinham muito de perto a ver com o universo aristocrático e cortesão.

O *Relox de Príncipes*, editado em Lisboa em 1529 quase em simultâneo com a edição de Valladolid, terá alcançado nesses círculos uma ressonância significativa, até em virtude de ser publicado por ordem de D. João III; foi lido na corte, talvez em voz alta, como era habitual na época, e quer D. João III quer a rainha D. Catarina, bem como fidalgos e damas, à semelhança do que acontecera na corte de Carlos V, apreciaram e comoveram-se com as efabulações “romanas” do franciscano. Referência que lhe é claramente dirigida encontramos-la, em 1541, nas palavras que antecedem a já citada tradução do *Panegírico* de Plínio a Trajano, da autoria de António Pinheiro. Na dedicatória ao monarca, Pinheiro justificava a respectiva tradução incensando a superioridade do *Panegírico* de Plínio sobre qualquer outro discurso acerca do príncipe ou do governante, em confronto com o qual todos “[...] os relogios dos principes sam desconcertados, os espelhos cegos, os regimentos dos ayos sombrios, os mestres desautorizados”¹¹⁸. A apreciação crítica de António Pinheiro, que estabelecia a superioridade do discurso Antigo, tinha por base a matriz classicizante da sua formação humanista; no que diz respeito ao *Relox* em particular, ela participava, porventura, das reservas que, como vimos, a cultura humanista manifestava perante a obra do franciscano.

¹¹⁶ A. I. BUESCU, 2008, pp.259-260 e J.P. PAIVA.

¹¹⁷ A. PINHEIRO, 1785, pp. 3-4.

¹¹⁸ A. PINHEIRO, 1785, p. 7.

Mais tarde, já no século XVII, a dimensão áulica da obra guevariana seria explicitamente apreciada por Francisco Rodrigues Lobo que, na sua corte sem rei, e após estabelecer o perfil do príncipe que mais convém à república¹¹⁹, evocava com pormenor as qualidades que, de acordo com as sábias advertências do bispo de Mondonhedo no *Aviso de Privados* (1539), deviam observar os "privados e favorecidos do Príncipe"¹²⁰.

O PARAGON DE VERTUDES: UMA TRADUÇÃO PORTUGUESA QUINHENTISTA INÉDITA

O êxito do *Libro Áureo de Marco Aurelio* (1528) e do *Relox de Príncipes* (1529) foi imediato não só em Espanha como em toda a Europa, gerando um fenómeno editorial difícil de igualar no século XVI. Em Itália as obras de Guevara circularam primeiro em castelhano para, a partir de 1542, surgirem versões e traduções italianas¹²¹. Nesse ano foi publicada em Roma a primeira tradução italiana do *Libro Áureo de Marco Aurelio*, da autoria de Mambrino Roseo da Fabriano¹²². Mais do que uma verdadeira tradução, a *Vita di M. Aurelio Imperadore...* era uma versão condensada e bastante livre da obra de Guevara, facto justificado pelo próprio Roseo na dedicatória a Paolo Luciasco, em que se afirmava a preferência pela imitação de sentido, em detrimento da tradução literal. Esta opção de Roseo situa-se aliás, como observa Lucia Gualdo Rosa, no quadro da polémica humanista iniciada no *Quattrocento* em torno da tradução *ad verbum* e *ad sententiam*¹²³.

Apesar do sucesso de que se revestiu - foi objecto de cinco reimpressões em dois anos - a versão de 1542 viria a ser suplantada pela segunda tradução, da autoria de Sabastiano Fausto da Longino, publicada em Veneza, em 1544¹²⁴. Esta última, ao contrário da versão de Mambrino Roseo - cujo carácter demasiado livre

¹¹⁹ F.R. LOBO, 1972, pp. 274-279.

¹²⁰ Para esta presença de Guevara em Rodrigues Lobo (Diálogo I, p. 5 e Diálogo XIV, p. 282.), já Jorge chamara a atenção no estudo que dedica ao autor da *Corte na Aldeia*. Há ainda na *Corte na Aldeia* pelo menos mais uma referência explícita Guevara no Diálogo I, pp. 18-19. Sobre as relações entre a *Corte na Aldeia* e *Il Libro del Cortegiano* de Castiglione, além de Ricardo Jorge, v. W. SCHNERR.

¹²¹ A. REDONDO, 1976, p. 575 e IDEM, 1990, p. 79.

¹²² *Vita di M. Aurelio Imperadore, con le Alte, & Profonde sue Sentenze, Notabili Documenti, Ammirabili Essempi, & Lodevole Norma di Vivere*. P. Grendler, 1991, p. 422.

¹²³ L.G. ROSA, 1990, pp. 309-310.

¹²⁴ *Vita, Gestì, Costumi, Discorsi, Lettere di M. Aurelio Imperatore, Sapientissimo Filosofo, & Oratore Eloquentissimo. Con la gionta di Moltissime Cose, che ne lo Spagnuolo non erano, e de le Cose Spagnuole, che Mancavano in la Tradottione Italiana*. Grendler, p.422.

é severamente criticado e acaba por ser invocado como razão principal para o aparecimento da nova tradução - era mais próxima do original¹²⁵, e viria a constituir a versão mais difundida do *Libro Áureo*... em Itália: entre 1544 e 1593 foram feitas vinte e uma edições da *Vita, Gesti, Costumi, Discorsi, Lettere di M. Aurelio Imperatore*..., havendo a registar ainda cinco edições no século XVII, todas elas impressas em Veneza¹²⁶.

Quanto ao *Relox de Príncipes*, uma tradução quase completa e bastante fiel ao original, da autoria de Alfonso de Ulloa, foi publicada em Veneza em 1553. Em 1562 surgiu uma versão alargada, com o suposto quarto livro a que Guevara fazia referência na edição de 1529, mas que não chegou a escrever. Esse quarto livro era, na realidade, constituído pela tradução de duas outras obras de Guevara: o *Aviso de Cortesanos* e o *Menosprecio de Corte*. Ainda no mesmo ano foi impressa uma nova edição que diferia na composição deste quarto livro apócrifo. Tal como sucedeu com as versões do *Libro Áureo*, também as edições do *Relox de Príncipes* se sucederam ao longo do século em número significativo, quase todas elas feitas em Veneza, um dos lugares privilegiados de difusão da cultura espanhola em Itália¹²⁷.

Tradutor, em versão bastante livre e condensada do *Libro Áureo de Marco Aurelio* em 1542, Mambrino Roseo da Fabriano publicava no ano seguinte uma obra intitulada *Institutione del Prencipe Christiano*, dedicada ao cardeal Rodolfo Pio de Carpi¹²⁸, na realidade uma selecção e adaptação do *Relox de Príncipes* de Guevara. Os três livros do *Relox* eram reduzidos a um único, ao qual se dava um título "erasmiano", e as partes relativas à figura mítica do imperador-filósofo, assim como certos episódios, como o emblemático discurso do "vilão do Danúbio", desapareciam¹²⁹. Recentemente, Gualdo Rosa pretendeu sublinhar a relativa autonomia da *Institutione* de Roseo - ressaltando embora a sua dependência perante o *Relox* e a *Institutio Principis Christiani* de Erasmo¹³⁰ -, obra que, entre

¹²⁵ P. GRENDLER, L.G. ROSA, pp. 310-311, e nota 15. Esta maior fidelidade ao original estava de acordo com a posição teórica de Fausto da Longino, autor de um *Dialogo [...] del Modo de lo Tradurre d'una in Altra Lingua...* (1556) que, inscrevendo-se no debate referido, defendia a fidelidade à letra dos textos traduzidos. L.G. ROSA, p. 310.

¹²⁶ P. GRENDLER, p. 423.

¹²⁷ A. REDONDO, 1990, pp. 81-83, P. GRENDLER, 1991, pp. 423-424.

¹²⁸ Sobre as possíveis razões desta dedicatória, v. A. REDONDO, 1990, p. 80.

¹²⁹ A. REDONDO, 1990, pp. 79-80, L. G. ROSA, 1990, p. 311.

¹³⁰ L.G. ROSA, 1990, pp. 316-321; tal não é, manifestamente, a opinião de A. REDONDO, 1990, pp. 79-80.

1543 e 1608, teve dezasseis edições italianas, e ainda uma tradução para francês (1549) e uma tradução latina (1608)¹³¹.

Também em Portugal esta obra de Mambrino Roseo deixou rasto. Na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, existe uma tradução manuscrita para português, ainda do século XVI, da *Institutione del Prencipe Christiano* de Mambrino Roseo da Fabriano, até hoje não identificada enquanto tal. A respectiva descrição no *Guia* dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda transcreve defeituosamente o respectivo título e omite a identificação do autor, que se encontra referido de forma explícita¹³². O título correcto que consta do manuscrito é o seguinte: *O Paragon de Vertudes para a Instituiçam de Todollos Príncipes Christãos Traduzido de Italiano Mambrinus de la Rosa em Frances*¹³³. No *Prologo* que antecede o tratado, apesar do respectivo fólio estar rasgado, é possível reconhecer a dedicatória ao cardeal Carpi ([1]). Se bem que não datada, esta tradução anónima da *Institutione* de Mambrino Roseo deverá ser posterior a 1549, ano da publicação da sua versão francesa que, como é referido, esteve na base da tradução para português. Na verdade, o título desta última remete para o da tradução francesa, da autoria de Jean Mougín, editada em Paris: *Le Parangon de Vertu pour l'Institution de tous Princes*¹³⁴. Não possuímos no entanto elementos – nomeadamente o nome do tradutor – que nos permitam situá-la com maior precisão, e avaliar do propósito, do contexto e do destinatário concreto desta tradução portuguesa.

O Paragon de Vertudes... é composto por um só livro, dividido em trinta e seis capítulos¹³⁵, muito diferente em extensão, portanto, dos três livros do *Relox de Príncipes*, obra em que visivelmente se inspira. O tratado abre com uma justificação de carácter político-religioso da monarquia, a que não falta, como é habitual também nestas obras, a distinção entre o bom príncipe e o tirano, distinção em que avulta, como elemento estruturante, o famoso discurso do embaixador dos míticos Garamantes a Alexandre Magno, episódio retirado do Livro I do *Relox*¹³⁶. Seguem-se dois capítulos de tom acentuadamente ascético, sobre a miséria da

¹³¹ L.G. ROSA, 1990, pp. 311 2 323-324.

¹³² "Oparaçõis (?) de vertudes para a instituiçam de todollos princepes christãos...". (Traduzido do italiano e francês).", *Manuscritos da Ajuda (Guia)*, .II, 1973, p. 667. A única referência a esta obra é feita por Matos na sua "Introdução" à edição fac-similada do manuscrito das *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião*, Lisboa, 1983 V. L. DE MATOS, 1983, p. 19 e nota 29.

¹³³ Biblioteca da Ajuda., cod. 50-V-40, p. 3.

¹³⁴ L.G. ROSA, p. 323.

¹³⁵ Mais um do que o original italiano, que tem trinta e cinco.

¹³⁶ BA., cod.50-V-40, *O Paragon de Vertudes...*, cap. I, fols. 3-9.

condição humana¹³⁷ da qual, apesar da sua condição singular, também participa o príncipe¹³⁸. Relevo particular têm, tal como no livro II do *Relox de Príncipes*, neste ponto o modelo explícito da *Institutione*, o conjunto das regras e preceitos relativos ao casamento e à educação dos filhos. Essas regras incidem sobre questões que vão desde os cuidados a observar na gravidez, à apologia do aleitamento materno mas também à condição das boas amas, à instrução e boa doutrina que os pais devem dar aos filhos e ao cuidado na escolha dos mestres do príncipe, à importância do conhecimento da religião cristã¹³⁹.

Aos preceitos relativos à criação do príncipe segue-se o estabelecimento das virtudes que deve possuir, e dos vícios que é necessário evitar¹⁴⁰. Assim, deve o príncipe ser piedoso, sábio, prudente, justo, clemente, misericordioso e liberal, evitando a avareza, a ociosidade, a luxúria e o excesso de ornamento da sua pessoa, de acordo aliás com o que se preceituara quanto à sua educação em criança¹⁴¹. Deve reger a república observando as leis antigas¹⁴², escolher os seus privados entre gente sábia e sensata, afastando de si adutores, "*mexeriqueiros e praguentos*"¹⁴³, e ter especial rigor e prudência na escolha dos seus oficiais¹⁴⁴. Significativo é o facto de, no elenco destas virtudes não encontrarmos qualquer referência à fortaleza, virtude que, remetendo para a dimensão guerreira, é habitualmente "obrigatória" no conjunto das virtudes consideradas próprias do governante. Pelo contrário, no *Paragon de Vertudes ...* surge um capítulo em que se adverte deverem os príncipes amar e procurar a paz¹⁴⁵. Esta posição parece mais uma vez remeter para a presença tutelar de Guevara, que na sua obra condena a guerra, e particularmente a guerra de conquista, num ponto em que a ideologia guevariana encontra traços do pacifismo erasmiano¹⁴⁶.

A inédita tradução para português da *Institutione del Prencipe Christiano* de Mambrino Roseo, feita a partir da versão francesa do *Le Paragon de Vertu*, que

¹³⁷ *Ibidem*, cap.II, fols. 9-14.

¹³⁸ *Ibidem*, cap.III, fols. 14-15v.

¹³⁹ *Ibidem*, cap. IV-XV, fols. 15v-63. Rosa pretende, neste ponto, fazer também aproximar a *Institutione* das doutrinas erasmianas. V. pp. 319-320.

¹⁴⁰ *O Paragon de Vertudes...*, cap.XVI-XXXVI, fols. 63-129v.

¹⁴¹ *Ibidem*, cap.XII, fols. 40-43.

¹⁴² *Ibidem*, cap.XXVI, fols. 97-99.

¹⁴³ *Ibidem*, cap.XXII, fols. 85v-87v.

¹⁴⁴ *Ibidem*, fols. 118v-121v.

¹⁴⁵ *Ibidem*, cap.XXXV fols. 126-128v.

¹⁴⁶ L. G. ROSA, 1990, p. 320.

sintetiza, condensa e apropria o *Relox de Príncipes*, é também ela um testemunho da fortuna e da irradiação que a concepção guevariana do príncipe virtuoso alcançou na Europa culta e no discurso político do século XVI, apesar da ruptura ideológica que a publicação de *O Príncipe* de Maquiavel, em 1532, veio representar. E, de uma forma mais geral, testemunha, também, como a multifacetada e fascinante obra de um Antonio de Guevara frade, cortesão, cronista, bispo, inquisidor e cavaleiro¹⁴⁷ respondeu, há cinco séculos, a gostos, ideias e imaginários que se repercutiram, de uma maneira ou outra, em traços de uma herança política, cultural e literária que nos cabe a nós, num generoso esforço de vontade, procurar compreender em toda a sua extensão e significados.

Em suma, e no que ao caso português mais directamente diz respeito, o destino e a circulação das obras de Antonio de Guevara evidencia de forma clara como, em particular ao longo da Época Moderna, também a circulação da cultura escrita em Portugal tem de ser apreciada e entendida num âmbito mais vasto do espaço peninsular.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ALVES, Ana Maria (1990). «Comunicação e silêncio num diálogo humanista (A propósito de Luísa Sigea)». In *Comunicação e Silêncio. Textos de História, Política e Circunstância*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 57-82.

ANSELMO, António Joaquim (1977). *Bibliografia das Obras Impresas em Portugal no Século XVI*. Reed. fac-similada da ed. de 1926, Lisboa: Biblioteca Nacional.

ASENSIO, Eugenio (1951). "Prólogo" a Jorge FERREIRA DE VASCONCELOS, *Comedia Eufrosina*. Texto de la edición príncipe de 1555, con las variantes de 1561 y 1566, Madrid: CSIC, pp. VII-XCIII.

BATAILLON, Marcel (1979, 1ª edição francesa 1937). *Erasmo y España. Estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI*, Mexico-Madrid-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

BATAILLON, Marcel (1974a, 1ª ed. 1952, 1927 para o estudo citado). «Erasme et la Cour de Portugal» In *Etudes sur le Portugal au Temps de l'Humanisme*. 2ª edição, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 35-69.

BATAILLON, Marcel (1974b) «L'édition scolaire coïmbroise des *Colloques d'Erasmus*». In *Etudes...*, pp. 171-198.

BIGALLI, David (1985). «Il mito a corte. Pensiero politico e frammenti di utopia in Antonio de Guevara», in *Immagini del Principe. Ricerche su Politica e Umanesimo nel Portogallo e nella Spagna del Cinquecento*. Milão: Franco Angeli, pp. 223-280.

BLECUA, A. (1979). «La littérature apothegmatique en Espagne», in *L'Humanisme dans les Lettres Espagnoles*. XIXe Colloque International d'Etudes Humanistes, Tours, 5-17

¹⁴⁷ F. MÁRQUEZ VILLANUEVA, 1999, p. 165.

- juillet 1976, Etudes réunies et présentées par Augustin Redondo, Paris : Vrin, pp. 119-132.
- BLÜHER, Karl Alfred (1983). *Séneca en España. Investigaciones sobre la recepción de Séneca en España desde el siglo XIII hasta el siglo XVII*. Madrid: Gredos.
- BORN, Lester (1933). «The *Specula Principis* of the Carolingian Renaissance». *Revue Belge de Philologie et Histoire*, XII, pp. 583-612.
- BUESCU, Ana Isabel (1996). *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação (1525-1549)*. Lisboa: Cosmos.
- BUESCU, Ana Isabel (2004) «Aspectos do bilinguismo Português - Castelhana na Época Moderna». *Hispania. Revista Española de Historia*. Número temático, coord. Rafael Valladares, Janº-Abril, LXIV/1, 216, pp. 13-38.
- BUESCU, Ana Isabel (2008) *D. João III (1502-1557)*. 2ª edição, Lisboa: Temas & Debates.
- BUESCU, Ana Isabel (2000) «“A pedagogia especular” em Portugal no século XVI». In *Memória e Poder. Ensaios de História Cultural*, Lisboa: Cosmos, pp. 67-83.
- CANEDO, P. Lino (1946). «Las obras de fray Antonio de Guevara. Ensayo de un catalogo completo de sus ediciones». *Archivo Ibero-Americano. Revista de Estudios Históricos*, nº temático com o título *Estudios acerca de fray Antonio de Guevara en el IV Centenario de su Muerte*. 22-23, pp. 441-603.
- CASTIGLIONE, Baldassar (1987). *Le Livre du Courtisan*. Présenté et traduit de l'italien d'après la version de Gabriel Chappuis (1580) para Alain Pons, Paris : Éditions Gérard Lebovici.
- CASTRO, Américo (1972). *El Pensamiento de Cervantes*. Barcelona/Madrid: Noguer.
- CASTRO, Américo (1957) «Antonio de Guevara. Un hombre y un estilo del siglo XVI». In *Hacia Cervantes*, Madrid: Taurus.
- CASTROJERIZ, Juan García de (2005, 1ª ed.1947). *Glosa Castellana al 'Regimiento de Príncipes' de Egidio Romano*. Edición, estudio preliminar y notas por Juan Beneyto Perez, 2ª edição, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- CHECA CREMADES, Fernando (1987). *Carlos V y la Imagen del Héroe en el Renacimiento*. Madrid: Taurus Ediciones.
- COSTES, René (1926). *Antonio de Guevara. Son Œuvre*. Bordéus: Bibliothèque de l'Ecole des Hautes Etudes hispaniques, X, 2.
- DESLANDES, Venâncio (1988). *Documentos para a História da Tipografia Portuguesa nos Séculos XVI e XVII*. Reprodução em fac-simile do exemplar de 1888 da Biblioteca da IN-CM, Introdução de Artur Anselmo, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- DIAS, José Sebastião da Silva (1960). *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. I, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- EARLE, Thomas F. (1980). *Theme and Image in the Poetry of Sá de Miranda*, Oxford, Oxford University Press.
- FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel (2003). *Carlos V, el César y el Hombre*. 15ª edição, Madrid: Espasa.
- FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel (2002). *Juana la Loca. La Cautiva de Tordesillas*. 17ª edição, Madrid: Espasa.

FRANCO SILVA A. e Manuel ROMERO TALLAFIGO (1981). «Un testimonio de la crisis de la sociedad feudal en el siglo XIV: el 'Rimado de Palacio' del P.Lopez de Ayala». *Hispania*, XLI, pp. 485-513.

GALLEGO, Julián (1972). *Visión y Símbolos en la Pintura Española del Siglo de Oro*. Madrid: Aguilar.

GÓMEZ TABANERA, J. M. (1966). «La plática del villano del Danubio' de fray Antonio de Guevara, o las fuentes hispanas de la concepción europea del'mito del buen salvaje'». *Revista Internacional de Sociología*, XXIV, pp. 297-316.

GRENDLER, Paul (1991). *Schooling in Renaissance Italy. Literacy and Learning, 1300-1600*. Baltimore/Londres: The Johns Hopkins University Press.

GREY, E.(1973). *Guevara, a Forgotten Renaissance Author*, Haia: Martinus Nijhoff.

GUEVARA, António de (1529). *Libro Llamado Relox de Principes enel qual va Encorporado el Muy Famoso Libro de Marco Aurelio: Auctor de vn Libro y del Otro: que es el Muy Reuerêdo Padre fray Antonio de Gueuara Predicador y Coronista de su Magestad: y Agora Nueuamête Electo en obispo de Guadix el Auctor Auisa al Lector: que Lea Primero los Prologos: si Querê Entêder los Libros*. Valladolid: Nicolás Terri, (BNP, Res. 294 A).

GUEVARA, António de (1658). *Libro Avreo del Gran Emperador Marco Avrelío, con el Relox de Principes. Compvesto por el muy Reverendo, y magnifico señor Don Antonio de Guevara, Obispo de Guadix, Predicador, y Coronista del Señor Emperador Carlos Quinto*. Madrid: Merchor Sánchez.

GUEVARA, António de (1657). *Libro Llamado Aviso de Privados, y Doctrina de Cortesanos*. Publicado com o *Menosprecio de Corte e o Libro de los Inventores del Arte de Marear*. Coimbra: Manuel Dias.

GUEVARA, António de (1984). *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea. Arte de Marear (1539)*. Ed. de Asunción Rallo Gruss, Madrid: Ediciones Cátedra.

JORGE, Ricardo (1916). «Francisco Rodrigues Lobo. Ensaio biográfico e crítico». *Revista da Universidade de Coimbra*, 5.

LECOQ, Anne-Marie (1987). *François Ier Imaginaire. Symbolique et Politique à l'Aube de la Renaissance Française*. Paris : Macula.

LIDA DE MALKIEL, Maria Rosa (1945). «Fray Antonio de Guevara. Edad Media y Siglo de Oro español». *Revista de Filología Hispánica*, VII, pp. 346-388.

LIVERMORE, Harold B. (1968). «D.João III, Erasmo e Guevara». *Revista Portuguesa de História*, XI, II, Coimbra: pp. 177-188.

LOBO, Francisco Rodrigues (1972). *Corte na Aldeia e Noites de Inverno [1619]*, Prefácio e notas de Afonso Lopes Vieira, 3ª edição, Lisboa: Sá da Costa.

LOPES, Fernando F. (1946). «Traduções manuscritas portuguesas de Fr. António de Guevara». *Archivo Ibero-Americano. Revista de Estudios Históricos*, nº temático com o título *Estudios acerca de fray Antonio de Guevara en el IV Centenário de su Muerte*. 22-23, pp. 605-607.

MARAVALL, José António (1986). *Estado Moderno y Mentalidad Social (Siglos XV a XVII)*. T.I, Madrid: Alianza Editorial.

MARAVALL, José António (1960). *Carlos V y el Pensamiento Político del Renacimiento*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos.

MARAVALL, José António (1963). *Las Comunidades de Castilla. Una Primera Revolución Moderna*. Madrid: Revista de Occidente.

MARAVALL, José António (1982). «Utopía y primitivismo en el pensamiento de Las Casas». In *Utopía y Reformismo en la España de los Austrias*. Madrid: Siglo Veintiuno, pp. 111-206.

MARGOLIN, Jean-Claude (dir.) (1977). *L'Avènement des Temps Modernes*. Paris : Presses Universitaires de France.

MARQUEZ VILLANUEVA, Francisco (1999). *Menospreciode Corte y Alabanza de Aldea (Valladolid, 1539) y el Tema Áulico en la Obra de Fray Antonio de Guevara*. Santander: Universidad de Cantábria.

MÁRQUEZ VILLANUEVA, Francisco e Augustin REDONDO (1980). «Burlas y veras en fray Antonio de Guevara». In *Historia y Crítica de la Literatura Española*. Dirigida por Francisco Rico, T.II, *Siglos de Oro: Renacimiento*. Dir. por Francisco López Estrada, Barcelona: Editorial Crítica, pp. 173-181.

MARTINS, José V. de Pina (1989). «L'iconographie du livre imprimé au Portugal au temps de Dührer (1495-1535)». In *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal. Les Deux Regards de Janus*. T. II, Paris : Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 857-976.

MARTINS, José V. de Pina (1973). *Humanismo e Erasmismo na Cultura Portuguesa do Século XVI*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.

Matos, Luís de (1983). “Introdução” a André Rodrigues de Évora, *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião*. Fac-símile do manuscrito inédito da Casa Cadaval, Lisboa: ed. Banco Pinto & Sotto Mayor no âmbito da XVIIª Exposição de Arte, Ciência e Cultura, pp. 7-28.

MENENDEZ Y PELAYO, Marcelino (1962). *Orígenes de la Novela*. T. II, Madrid: CSIC.

MENENDEZ PIDAL, Ramón (1946). «Fray Antonio de Guevara y la idea imperial de Carlos V». In *Estudios acerca de Fray Antonio de Guevara en el IV Centenario de su muerte*. *Archivo Ibero Americano - Revista de Estudios Historicos*, VI, 22-23, pp. 331-337.

MIRANDA, Francisco de Sá de (1989). *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*. Ed. de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, reprodução fac-similada da edição de 1885, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MOREL-FATIO, Alfred (1913). *Historiographie de Charles-Quint*. Paris : Honoré Champion.

PAGDEN, Anthony (1990). «Dispossessing the Barbarian: the Language of Spanish Thomism and the Debate over the Property Rights of the American Indians». In *The Languages of Political Theory in Early-Modern Europe*. Ed. Anthony Pagden. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 79-98.

PAIVA, José Pedro (2006). *Os Bispos de Portugal e do Império, 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

PÉREZ, Joseph (1970). *La Révolution des “Comunidades” de Castille (1520-1521)*. Bordéus: Institut d'Études Ibériques et Ibero-Américaines de l'Université de Bordeaux.

PÉREZ, Joseph (2001) *Los Comuneros*. 3ª edição, Madrid: La Esfera de los Libros.

PICCOLOMINI, Andrea Sylvio (1563). *Tractado de la Miseria de los Cortesanos que escriuió el Papa Pio ante que fuesse Summo Pôtifíce, a vn Cavallero Amigo suyo*. Coimbra: João da Barreira.

PINHEIRO, António (1785). «Trelladaçam do Panigyrico de Plinio o mais moço ditto no Senado em louuor de Trajano: em nossa vulgar lingoagem: dirigido ao mui alto, e mui poderozo Rei D.Joham o Terceiro Nosso Senhor». Publicado por Bento José de Sousa Farinha na *Colleçam das Obras Portuguezas do Sabio bispo de Miranda e de Leyria D.Antonio Pinheiro Pregador do Senhor Rey D.Ioam III e Mestre do Principe*. T. II, Lisboa: José da Silva Nazareth.

RALLO GRUSS, Asunción (1979). *Antonio de Guevara en su contexto renacentista*. Madrid: Cupsa Editorial.

REDONDO, Augustin (1976). *Antonio de Guevara (1480?-1545) et l'Espagne de son Temps. De la Carrière Officielle aux Œuvres Politico-Morales*. Genebra : Droz.

REDONDO, Augustin (1990). «Le monarque dans les versions italiennes de l' *Horloge des princes*: de la matière guévrienne au quatrième livre apocryphe de 1562». In *Le Pouvoir Monarchique et ses Supports Idéologiques aux XIVe-XVIIe Siècles*. Etudes réunies par Jean Dufournet, Adelin Fiorato et Augustin Redondo, Paris : Publications de la Sorbonne Nouvelle, pp. 77-89.

REDONDO, Augustin (1966). «Les éditions des *Ordenações Manuelinas* faites par les imprimeurs sévillans de la première moitié du XVI siècle Jacobo et Juan Cromberger». In *Mélanges de la Casa de Velázquez*. II, Paris : pp. 103-125.

REDONDO, Augustin (1979). «Du 'Beatus ille' horacien au 'mépris de la cour et éloge de la vie rustique' d'Antonio de Guevara». In *L'Humanisme dans les Lettres Espagnoles*. XIX Colloque International d'Etudes Humanistes, Tours, 5-17 juillet 1976. Etudes réunies et présentées par Augustin Redondo, Paris: Vrin, pp. 251-265.

RESENDE, André de (1990). *On Court Life*. Ed. and translated by John R.C.Martyn, Berne-Frankfort-New York: Peter Lang.

ROSA, Lucia Gualdo (1990). «L'*Institutio 'del prencipe christiano'* de Mambrino Roseo de Fabriano entre Antonio de Guevara et Erasme». In *Actes du Colloque International Erasme* (Tours, 1986). Etudes réunies par Jacques Chomarar, Genebra: Droz, pp. 307-324.

ROSEO, Mabrinio. *O Paragon de Vertudes para a Instituiçam de Todollos Principes Christãos Traduzido de Italiano Mambrinus de la Rosa em Francês*. Lisboa: Biblioteca da Ajuda, Manuscritos, cod. 50-V-40.

RUBIO, F. (1960-1961). «*De Regimine Principum* de Egidio Romano en la literatura castellana de la Edad Media, siglo XV». *La Ciudad de Dios*, CLXIII, pp. 32-71 e CLXXIV, pp. 645-667.

SALMANN, Jean-Michel (2003). *Géopolitique du XVIe siècle 1490-1618*. Paris : Éditions du Seuil.

SCAGLIONE, Aldo (1991). *Knights at Court. Courtliness, Chivalry, & Courtesy from Ottonian Germany to the Italian Renaissance*. Berkeley/Los Angeles/Oxford: University of California Press.

SCHNERR, Walter (1961). «Two Courtiers: Castiglione and Rodrigues Lobo», *Comparative Literature*, University of Oregon, VIII, 2, pp. 38-153.

SEARS, Helen (1952). «The Rimado de Palaçio and the 'De Regimine Principum' Tradition of the Middle Ages». *Hispanic Review*, XX, 1, pp. 1-27.

SIGEA, Luísa (1970). *Duarum Virginum Colloquium de Vita Aulica et Privata/ Dialogue de Deux Jeunes Filles sur la Vie de Cour et la Vie de Retraite (1552)*. Apresentação, tradução e notas por Odete Sauvage, Paris: Presses Universitaires de France.

SKINNER, Quentin (1990, 1ª ed. 1978). *The Foundations of Modern Political Thought, I. The Renaissance*. Cambridge: Cambridge University Press.

SMITH, Pauline (1966). *The Anti-Courtier Trend in Sixteenth Century French Literature*, Genebra: Droz.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1983). *A Infanta D.Maria de Portugal (1521-1577) e as suas Damas*. Edição fac-similada da edição de 1902, com Prefácio de Américo da Costa Ramalho, Lisboa: Biblioteca Nacional.

VITERBO, Francisco de Sousa (1902). «A livraria real especialmente no reinado de D.Manuel», *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, IX, Parte I, pp. 1-73.

